

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA



Doutora Franciele Pereira do Nascimento:

A senhora poderia contar um pouco da sua trajetória pessoal e profissional até chegar ao TRE-PR?

Sou natural de São José dos Pinhais. Estudei em escolas públicas até o Ensino Médio e cursei graduação e mestrado em Direito na

Universidade Federal do Paraná. Durante a faculdade, tomei posse como Técnica Judiciária no Tribunal de Justiça do Paraná, atuando em minha cidade natal até 2022. Nesse ano, fui aprovada no concurso da magistratura do mesmo tribunal e assumi como juíza substituta na Seção Judiciária de Telêmaco Borba. No ano seguinte, passei a atuar na Seção Judiciária de Antonina. Em 2024, fui promovida a juíza de Direito e assumi a jurisdição única de Tomazina, onde também passei a atuar como juíza eleitoral.

Quais foram (ou são) os principais desafios relacionados a gênero e raça em sua carreira?

Os principais desafios enfrentados por juízas negras no Brasil estão profundamente enraizados em questões estruturais de racismo e sexismo, que se manifestam de forma explícita e sutil ao longo da carreira.

Esses desafios começam já no acesso à carreira. Barreiras como o alto custo dos estudos e a ausência de redes de apoio dificultam o ingresso. A falta de outras mulheres negras em posições similares gera dificuldade em encontrar modelos inspiradores — afinal, não se pode desejar ser aquilo que nunca se viu.

Juízas negras frequentemente enfrentam questionamentos sobre sua competência, autoridade e legitimidade, mesmo tendo sido aprovadas em todas as fases dos concursos públicos, como os demais colegas. A cobrança por uma postura “impecável” é maior, com menos margem para erros ou

vulnerabilidades. Estereótipos raciais e de gênero influenciam a forma como colegas, servidores e partes do processo as enxergam. Além disso, há expectativas sociais sobre comportamento, aparência e postura. Como mulheres, enfrentam também a dupla jornada de trabalho e cuidados familiares, muitas vezes agravada pelas dificuldades enfrentadas pela família de origem.

Quais são os dados estatísticos?

Mulheres negras são marcadas pela interseccionalidade e, embora representem aproximadamente um quarto da população brasileira, são a minoria da minoria no Poder Judiciário. Segundo os dados mais recentes do painel Justiça em Números do CNJ, entre as juízas mulheres, 82,24% são brancas, 10,79% pardas e apenas 1,73% pretas.

Como enxerga a importância de ocupar o seu cargo sendo uma mulher negra?

A baixa representatividade da população negra nos espaços públicos de tomada de decisão contribui para que pessoas negras não se sintam pertencentes a esses ambientes. A representatividade está diretamente ligada à construção da autoestima, identidade e reconhecimento de coletivos historicamente oprimidos.

Além disso, é fundamental que aqueles que procuram os equipamentos estatais se vejam representados, fortalecendo sua identificação e respeito às instituições. Por isso, considero importante ocupar esse espaço, para que outras pessoas negras se identifiquem e se sintam pertencentes.

Quais avanços a senhora identifica na pauta de diversidade e inclusão no Judiciário? E o que ainda precisa mudar?

Destaco duas medidas fundamentais no âmbito da diversidade e inclusão no Poder Judiciário: ações afirmativas nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos, tornando o Judiciário mais plural e o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, que orienta a magistratura brasileira a assegurar decisões justas, igualitárias e sensíveis às questões raciais, reconhecendo as particularidades dos grupos historicamente discriminados. Ainda há um longo caminho na transformação da mentalidade individual e do imaginário social coletivo, historicamente construído. É necessário que a sociedade deixe de enxergar a população negra como ocupante de lugares de subalternidade. A presença negra no Poder Judiciário contribui para essa mudança tão necessária.

Que mensagem gostaria de deixar para outras mulheres negras que buscam seu espaço no serviço público ou na sociedade?

Mesmo diante das muitas adversidades diárias, não desistam — por si mesmas e pelos seus. Nunca se esqueçam de que somos os sonhos daqueles que vieram

antes de nós e que, ao ocuparmos esses espaços, representamos uma coletividade.



Servidora Naianna Santos Campos

Que tipo de barreiras você vivenciou como mulher negra até aqui?

Uma das situações que me marcaram foi ter concluído o curso de Direito com apenas uma colega negra na turma. E hoje, em meu local de trabalho, não tenho colegas com o mesmo perfil.

Como você se deu conta de que o racismo no Brasil é mais do que uma atitude individual, é estrutural?

Desde o momento que eu percebi, por exemplo, que no atendimento em um hospital, ao se deparar com um funcionário negro de jaleco branco, pensa-se que é um enfermeiro, mas jamais um médico. Ou quando, num momento de lazer, a maioria das pessoas que estão servindo são negras.

Como o nosso Tribunal poderia avançar como instituição mais diversa, inclusiva e representativa?

O combate ao racismo é um processo contínuo. Então, acredito que o TRE-PR deve seguir com a implementação de políticas eficazes de inclusão, diversidade e igualdade.

Que mensagem você gostaria de deixar para outras mulheres negras que sonham em ingressar na Justiça Eleitoral?

Sigam em frente e de cabeça erguida. Tendo em mente que são capazes, inteligentes e dignas, independentemente da cor da nossa pele.



**Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná**